

O início da medicina termal no Brasil

Ao contrário dos tratamentos médicos indicados a partir de meados do século XIX que tinham nas águas frias o uso terapêutico dos banhos, as águas que nasciam naturalmente quentes no nosso país sempre tiveram maior visibilidade e interesse na medicina e na política desde a época dos viajantes. Interesse notável, uma vez que desde o século XVIII, as águas quentes francesas haviam readquirido notoriedade a partir de um interesse crescente dos príncipes e suas cortes, culminando, conseqüentemente, em estudos aprofundados dessas águas na Academia de Medicina de Paris. A partir de uma expressiva circulação de saberes entre esta academia e os primeiros médicos que já se interessavam pelos casos de doentes que haviam sido curados em algumas fontes de águas medicinais no interior do nosso país, somava-se a relevância e a utilidade que essas águas poderiam ter na saúde e no desenvolvimento econômico daqueles lugares onde elas se encontravam.

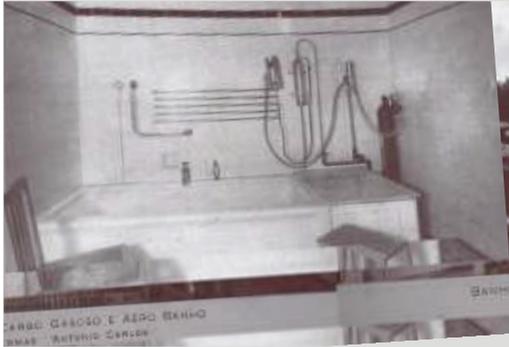
Do ponto de vista histórico e da organização de um saber médico que começava a se estruturar a partir de 1833 – ano em que se fundou a Revista Médica Fluminense – no intuito de ampliar o espaço de discussão entre os seus pares e divulgar ao público brasileiro “os objetos puramente científicos”, “o único periódico médico do Brasil” publicava, em 1839, a primeira

memória considerada original sobre as “*Agoas Thermaes (Caldas) da província de Goyaz e seus maravilhosos efeitos para a cura da morphea e outras enfermidades rebeldes de pelle*”. O trabalho, redigido pelo italiano Vicente Moretti Foggia, a pedido do presidente de Goiás, tornava-se, portanto, a primeira publicação oficial inserida nas páginas de um periódico científico destinado a divulgar tudo o que era “novo na sublime arte de curar” em nosso país.

Em 1841, Antônio Maria de Miranda e Castro, doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, apresentou um dos mais importantes trabalhos sobre a ação das águas minerais brasileiras. A dissertação trouxe de imediato um ponto essencial que parecia por fim ao conhecimento popular e às lendas sobrenaturais que rondavam o imaginário das fontes de águas quentes. Para ele, interessava livrá-las da incredulidade e superstição de outros médicos do país. Segundo a sua doutrina, para que elas surtisses efeito era necessária uma circunstância de primeira ordem: beber a água na fonte. Caso isso não fosse possível, o ideal era mandar buscá-la com uma série de cuidados estipulados pelos estudos bibliográficos (entre eles, Boutron, Charlard, Patissier e Longchamp) que já eram referência em assuntos de águas medicinais.

Para o médico, as águas não curavam por si só. Após analisadas quimicamente e descritas suas propriedades físicas tais como o cheiro, o sabor, a cor, a transparência, a temperatura e sua densidade, eram necessárias, também, estipular algumas considerações sobre o modo de fazer uso das águas. Para ele era fundamental “abandonar os negócios, os trabalhos de espíritos aturados, esquecer as paixões e inquietações, praticar o exercício moderado a pé ou a cavalo”. O doutor era o primeiro a instituir uma série de





práticas circunscritas ao redor das águas medicinais no Brasil. Depois, apareceram outros estudiosos e médicos que chamaram a atenção dos governantes para o poder civilizador das águas medicinais quentes, exemplos que eles retiravam de variados estudos franceses que demonstravam como naquele país as águas medicinais haviam fundado cidades e modificado a paisagem urbana e os hábitos (principalmente da corte) que recorria às virtudes curativas da água termal.

Portanto, foi a partir dos anos 40 do século XIX que médicos como Sigaud, Pedro Sanches de Lemos, Caminhoá, Pires de Almeida, H. Monat e Bernardo Saturnino da Veiga deram início a uma literatura específica sobre o uso das águas e suas virtudes curativas para o corpo humano. Consequentemente, ampliaram o discurso para as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social das cidades, além de estabelecerem práticas e

saberes eruditos sobre a organização de espaços que continham as águas medicinais. O próprio Caminho á já elegia as bases para a compreensão das “aplicações racionais terapêuticas de qualquer água mineral”. Era pelas ciências que a água mineral ia tornando-se objeto de estudo de um novo ramo da medicina que dava os seus primeiros passos ao longo do século XIX no Brasil. Já a Academia Nacional de Medicina, local onde se agrupavam os estudos dessa natureza, divulgava essas pesquisas e os casos clínicos na medida em que auxiliava na legitimação e no conhecimento do poder curativo das águas medicinais.

Após a descoberta do *radium* em 1896 pelo casal Curie, cada vez mais estes médicos enfatizavam que a cura termal deveria realizar-se diretamente nas fontes para que se obtivesse o efeito das propriedades medicamentosas das caldas. A hidrologia médica esclarecia através do *radium* que a água deveria ser bebida e usada na fonte, pois a perda da radioatividade, as modificações no pH e outras propriedades encontradas somente nestas águas eram alteradas quando estas passavam a ser engarrafadas e transportadas sem os ensinamentos básicos de como conservá-las. Foi assim, portanto, que a hidrologia médica nos anos seguintes especificou diferentes maneiras e formas de utilizar-se das águas termais: uso por via oral, balneação (parcial ou total), inaloterapia (pela boca e nariz), vaporização (localizada), banhos de vapor (úmidos e secos), duchas gerais e locais e aplicação dos resíduos orgânicos e vegetais destas águas, fatores

essenciais para a construção das futuras cidades hidrominerais do Brasil.

Desde 2006, após a implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC no SUS, o termalismo voltou a ser discutido e valorizado no interior de algumas dessas cidades que foram fundadas ao redor das águas medicinais. Em Poços de Caldas, por exemplo, o Departamento dos Serviços Termais da cidade oferece, por mês, até 1.500 vagas para pacientes que são diagnosticados com reumatismo e algumas patologias dermatológicas. 🏠

Jussara M. O. Marrichi
Doutora em História pela Unicamp
e chefe dos Serviços Termais de
Poços de Caldas, MG

